



CONSCIENTIZAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Sérgio Haddad

Do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI

RESUMO

Este texto procura dar conta de descrever dois momentos de referência na prática da chamada conscientização dentro do campo da Educação Popular.

Através da alfabetização de adultos, a conscientização amoldou práticas diferenciadas de acordo com o momento e a forma em que foi concebida.

O que se pode notar, dentro deste aspecto, é que não há uma contradição entre os dois momentos analisados, mas tempos diferentes de um mesmo caminhar na busca de um trabalho mais eficaz com os grupos populares.

SUMMARY

The purpose of this paper is to try to describe two instances within the practice of the so-called "conscientização" in the field of "popular" Education.

Through Adult Alphabetization, differentiated practices were determined by the "conscientização", according to the moment in which it was conceived.

It was noted that there is no contradiction between the two discussed instances, but that these were only different moments of the same move in search of a more effective work with "popular" groups.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Seria demasiado pretensioso procurar definir o que é Educação Popular. Talvez até não fosse o caso. O prof. Carlos Brandão em seu livro *Educação Popular*, editado pela Coleção Primeiros Vãos (1984), recorreu a pelo menos quatro formas de definições do que vem a ser esta prática de atuação. De qualquer forma, talvez possamos, para tentar uma aproximação, encaminhar algumas tendências que de uma maneira ou outra fazem parte da maioria das experiências que se auto-denominam educação popular.

A educação é uma prática social, que tem como especificidade a produção, circulação e transmissão de determinados conhecimentos, normas e comportamentos. Enquanto prática social como qualquer outra, não é uma prática neutra, se encontra enraizada dentro das perspectivas de um dado modo de organização social. No caso brasileiro, estando essa organização social constituída por classes sociais, a educação aqui produzida atende aos interesses destas classes. A Educação Popular, se define, portanto, e inicialmente, como uma prática social que está claramente a serviço de uma destas classes, a dos grupos populares, e de seus interesses.

Nessa perspectiva, a Educação ganha um sentido mais amplo, não se identificando apenas com a educação escolar. Assim, são fatores de educação os espaços primários de socialização, como a família, bem como os meios de comunicação social, passando pelas organizações de bairro, sindicais, de trabalhadores. Em todas estas formas de educação, a questão da neutralidade tem sido posta.

Entendendo a sua atuação a partir da prática e dos modos de pensar que os grupos populares, têm de sua própria vida, a educação popular tem se caracterizado historicamente por tratar estes conhecimentos, normas e comportamentos dentro de projetos mais ou menos explícitos de transformação social. Estes projetos podem tomar características e formas absolutamente diferenciadas desde os pequenos trabalhos de grupalização como os de comunidades de base por exemplo, até trabalhos de amplas mobilizações como os movimentos sindicais.

A educação popular pode ser identificada também como produto de dois movimentos: um de parte dos grupos de intelectuais, políticos, agentes de pastoral, artistas, etc., que procuram buscar seus espaços de atuação junto aos grupos populares e outro de parte dos próprios movimentos populares que criando necessidade e exigências, vêm, de maneira mais ou menos desorganizada, recorrendo ao apoio de outros grupos sociais. Esta forma de aproximação de grupos sociais diferenciados, tem trazido para o rol da educação popular inúmeras questões sobre como o saber de cada grupo interage com outros, quais as funções de cada saber, saber popular x saber dominante, saber do povo x saber intelectual, saber formal x cultura popular, e outras.

Não só em relação à intersecção de conhecimentos e valores que esta aproximação de grupos sociais diferenciados tem gerado questões. Também muito se tem escrito e discutido sobre o como estas práticas vêm se realizando, a questão de ritmos diferenciados, os movimentos de poder das práticas educativas, os projetos políticos de cada um, espontaneísmo x dirigismo..

Em relação à metodologia de atuação, a educação popular tem se preocupado de uma maneira particular com

as modalidades ativas e participatórias, onde a ação de todo o grupo, educandos e educadores, se dá de maneira horizontal, democrática, sem reproduzir formas de dominação e individualismo. Também é bastante característica a busca do desenvolvimento da auto-educação destes grupos, como uma forma metodológica de procurar a independência dos grupos populares.

A auto-avaliação e a pesquisa participante, fazem parte do conjunto de recursos que a educação popular tem utilizado.

De uma maneira ou outra, quanto aos conteúdos destas práticas, a referência é sempre o universo de interesses dos grupos populares, normalmente definidos por eles mesmos, o que não quer dizer, neste aporte, que os conhecimentos e interesses dos outros grupos sociais não possam ter função. Pelo contrário, sua função deve estar a serviço da prática e do modo de pensar dos grupos populares na medida em que seja definida pela própria interação que se dá no ato da educação.

Ora, todo este movimento de ação política através da prática educativa, tem produzido inúmeras formas de atuação, que, no rol de uma homogeneidade de tendências, encobre de uma maneira ou outra, a heterogeneidade de comportamentos que pessoas envolvidas nesta ação revelam. Isto poderia ser demonstrado, através do tema da conscientização, que é um dos temas centrais neste campo do conhecimento, e de sua inter-relação com uma das práticas da educação popular, a alfabetização de adultos.

EDUCAÇÃO POPULAR E CONSCIENTIZAÇÃO

O trabalho de conscientização está diretamente ligado à prática da educação popular e sua concepção quase sempre reflete a posição de onde o educador fala. De um modo geral, a conscientização está concebida dentro de uma proposta mais ampla de atuação que basicamente segue a seguinte lógica:

1) vivemos em uma sociedade injusta que deve ser transformada em suas bases sócio-econômicas e culturais para que possa atender às necessidades da maioria da população;

2) estas transformações sociais devem ser assumidas pelos grupos populares por serem eles os maiores interessados em transformar a realidade passando assim a assumir sua condição de sujeitos de sua própria ação;

3) para que estas transformações sociais ocorram, é necessário um nível de atuação dos grupos populares cada vez mais organizado, amplo e crítico;

4) o trabalho de educação popular está a serviço desta organização, mobilização e conscientização dos grupos populares.

Como podemos perceber, a conscientização é um dos elementos fundamentais do trabalho de educação popular. Acredita-se que um dos motivos principais da não atuação dos grupos populares nos processos de transformação social se deva justamente ao fato destes grupos não possuírem uma consciência adequada ao trabalho de mudança. Deste modo, atualizar esta consciência faz parte dos objetivos da educação popular.

Conscientização — O pensamento inicial

Desde as primeiras iniciativas na história da educação popular, a questão da conscientização tem sido posta. Sem dúvida alguma, Paulo Freire pode ser considerado como um dos principais promotores da questão da conscientização e a partir de seu pensamento, muito se fez e muito se faz em nome dela.

A forma do pensar a questão da educação dos grupos populares e o trabalho de conscientização quase sempre parte de uma concepção de homem e de seu relacionamento com o mundo. Para a grande maioria dos trabalhos realizados esta concepção têm como base o pensamento renovado cristão: identifica o homem como um ser original de existência no mundo. Está no mundo mas não se esgota nele pois é capaz de, se opondo a ele, transformar esta realidade, humanizando-o e se humanizando no ato desta transformação. Este homem, passível de relações com o mundo, que o reconstrói permanentemente de acordo com suas necessidades, também é capaz de manter relações com outras pessoas. Diferentemente dos animais, que apenas se limitam a contatos entre si, o homem é um ser capaz de relações com outros homens. Esta relação também se dá pela oposição deste homem com seu semelhante, processo que permite a formação de sua individualidade. Participa junto com outras pessoas justamente pela afirmação desta individualidade, diferentemente dos animais que têm sua individualidade fundida no grupo. Ora, este ser que se relaciona com o mundo e se relaciona com outros homens, através da consciência que adquire de si, do mundo e dos outros, forma o social por esta tensão permanente entre a auto-afirmação (sua individualidade) e a abertura até o universal. Através do diálogo, estas consciências são possíveis de relações e conseqüentemente responsáveis pelo modo como a sociedade é construída.

Porém, muitas vezes, neste processo de construir o mundo, através da comunicação das consciências, onde o homem é sujeito de sua ação, podem ocorrer distorções. Esta comunicação pode não se dar pela conciliação e pelo diálogo mas sim pela dominação. Quando isto ocorre, o homem passa a dominar o outro, através do domínio de sua consciência. O dominado passa da condição de sujeito, nesta tarefa de construir a sua individualidade e o mundo, para a condição de objeto. O seu trabalho serve ao opressor construindo um mundo que o oprime. Os oprimidos deixam de ser seres para si para serem para o outro. Dentro desta perspectiva, o trabalho de conscientização estará a serviço da recuperação desta liberdade de consciência, fazendo com que ela deixe de ser alienada, reflexa da consciência dos dominantes, e passe a ser autônoma, crítica, a serviço de seus próprios interesses.

Este tipo de interpretação postula que a consciência é produto da sociedade em que vivemos, portanto, socialmente determinada. Podemos então identificar consciências oprimidas produtos de sociedade de opressão, não dialógicas. Indica também, que esta consciência pode ser transformada, iluminada e colocada novamente a serviço dos interesses pessoais e das ações de transformação social humanizadora. Para que isto possa ocorrer, é necessário um processo educativo, normalmente identificado no espaço da Educação Popular.

O trabalho de conscientização seria então o de fazer

com que os oprimidos tomem consciência da sua dimensão de pessoa, de seus direitos e deveres, para a partir daí, identificar no social as restrições à sua plena existência e procurar transformá-la.

Paulo Freire, trabalhando com algumas idéias em *Educação como Prática para a Liberdade* (1974), procura enquadrá-las em um mundo menos abstrato e sociologicamente mais definido: a cada circunstância social brasileira um grau equivalente de consciência. A *consciência intransitiva*, aquela que se caracteriza “pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida” e característica da sociedade fechada brasileira, sociedade esta reflexa, sem nenhuma vinculação dialogal entre elites e povo, com o centro de decisão de sua economia fora dela (Freire, 1971, p. 59). A *consciência transitiva ingênuo* é produto de uma fase em trânsito que a sociedade brasileira vinha passando, produzido pela industrialização e por um processo de urbanização. Deixava esta sociedade a “velha postura de objeto e vai assumindo a de sujeito. Representantes das elites dirigentes, até então inautênticas, por isto superpostas ao seu mundo, começam a com ele se integrar” (p. 53).

Falava Paulo Freire do momento histórico que a sociedade brasileira vinha passando — alimentado pelo pensamento nacional desenvolvimentista do ISEB — e da conseqüência para a consciência que isto acarretava. Como produto destas transformações, a consciência do homem passaria de intransitiva para transitiva, num primeiro momento preponderantemente ingênuo. Seriam características desta *consciência trans ingênuo* a “simplicidade nas interpretações dos problemas, com forte teor de emocionalidade, impermeabilidade à investigação, a que corresponde a um gosto acentuado pelas explicações e fragilidade na argumentação” (p. 60). Se a passagem de consciência intransitiva para consciência transitiva ingênuo era uma passagem automática, conseqüência da mudança que a sociedade brasileira vinha passando, o mesmo não ocorreria na passagem de uma consciência ingênuo para crítica. Nas palavras de Paulo Freire: “O que nos parecia importante afirmar é que o outro passo, o decisivo, da consciência predominantemente transitivo-ingênuo para a predominantemente transitivo-crítica, ele não daria automaticamente, mas somente por efeito de um trabalho educativo crítico com esta destinação” (p. 62). Estava o educador preocupado com o seu tempo e o papel político da sua prática educativa.

Toda a descrição do método, e em especial do papel que os círculos de cultura tomavam como estratégia a serviço do trabalho de conscientização, ou seja, no papel que tinham na passagem do estágio de consciência ingênuo para crítica, produziu uma certa crença de que a conscientização dos grupos populares se daria através de uma postura mais idealista, onde o diálogo por si só seria suficiente para tornar cidadãos ingênuos em pessoas críticas. Desta maneira a formação da consciência seria um pré-requisito à ação social: Uma vez conscientizados, os grupos populares buscariam transformar o social de acordo com seus interesses.

No caso dos programas de alfabetização este tipo de compreensão do papel conscientizador da prática educativa levou a comportamentos que podemos descrever a grosso modo como:

— uma certa crença de que o ato conscientizador da

alfabetização poderia ser o motor dos trabalhos com os grupos populares, uma vez que pela sua metodologia, a alfabetização seria uma estratégia privilegiada para este tipo de ação política. Isto provocou muitas vezes a imposição da alfabetização mesmo onde este trabalho claramente não representava necessidade imediata dos grupos populares. Se para os liberais a alfabetização era uma necessidade de cidadania e os grupos populares mais que um direito tinham um dever para com a sociedade ao serem alfabetizados, entrávamos agora, com os grupos de esquerda, em uma nova estratégia de utopia pedagógica: a alfabetização seria a responsável, através da conscientização, pela participação social de maneira crítica de grupos anteriormente ingênuos;

- como consequência da primeira questão, houve uma certa desconsideração na relação do trabalho de alfabetização com o movimento social já existente no espaço onde esta alfabetização se daria. Em termos metodológicos isto significou que os temas geradores da alfabetização e sua função prática estiveram muito mais referenciados às preocupações do educador do que às do educando e ao momento do desenvolvimento de sua organização;
- também podemos verificar que esta forma de pensar a ação política do trabalho educativo levou muitas vezes, grupos de educadores populares a darem uma importância significativamente maior aos aspectos da formação da consciência relegando a um aspecto secundário as questões metodológicas e práticas do ensino de ler e escrever. Como consequência, o não atendimento desta necessidade real da leitura e da escrita, ou o seu atendimento de uma maneira parcial, provocou uma permanente evasão, sendo uma constante o fracasso tanto no ato de "fazer a cabeça" como no ato de propiciar instrumentos que permitissem ao não alfabetizado ler e escrever.

CONSCIENTIZAÇÃO – NOVOS ENFOQUES

Se nos primeiros escritos de Freire, e nas primeiras práticas de trabalho com alfabetização a unidade entre reflexão e ação não era algo explícito, posteriormente, a partir de *Pedagogia do Oprimido*, esta relação começa a estar mais presente. Tendo incorporado em suas leituras uma literatura de peso marxista, Freire já não mais aceita a formação da consciência como um resultado de momentos do desenvolvimento social brasileiro. Entende agora, que a consciência oprimida é produto de um modo de produção, onde a presença de opressores e oprimidos é a causa central do desenvolvimento ou não de uma consciência crítica em qualquer momento histórico.

No espaço da educação popular esta nova compreensão do trabalho de conscientização redimensiona o papel político do ato educativo. Sem diminuir a importância da reflexão neste trabalho, incorpora dialeticamente a prática do movimento social, estando ele com maior ou menor nível de organização. No dizer de Oscar Jara H.: "se descobriu que a opção política era indelével de qualquer prática de educação popular. Começou-se a falar da dimensão política da educação popular, e a ir articulando algumas experiências de conscientização, com o processo de organização e mobilização popular, que as contradições econômicas, sociais e políticas produzem" (1981, p. 7).

A consciência crítica se aproxima muito do conceito de consciência de classe e o seu fortalecimento se dá privilegiando a ação política dos grupos populares. "Não existe consciência de classe, sem prática de classe; não existe consciência crítica senão como expressão de uma ação organizada... Trata-se de partir da própria ação das massas (seja ela espontânea ou organizada), para desenvolver a consciência sobre esta ação e voltar novamente a ação para transformá-la conscientemente." (p. 8).

A formação da consciência que antes se dava pelo diálogo entre consciências agora é produto da construção social da realidade. Isto implica que o trabalho de conscientização deva ser produzido a partir da prática de vida dos grupos populares e da permanente reflexão sobre esta prática, visando nova ação.

Para a prática da alfabetização, esta nova visão produziu, no meu modo de entender, as seguintes questões:

- O ato da alfabetização passa a ser produzido, a partir das necessidades reais criadas no meio popular, e direcionado para isto. Se antes, alfabetizar fazia parte obrigatória do movimento político, pois passava sempre por um ato de conscientização entendido como base de toda ação social, hoje, antes de qualquer projeto, a pergunta para que alfabetizar é a de maior importância. A valorização do efeito da aprendizagem do código da leitura e da escrita na prática de vida dos grupos populares e, a partir dele, e junto com ele, o exercício da conscientização, passaram a ser valorizados. Se antes havia uma necessidade quase inerente às propostas de educação popular, e consequentemente da alfabetização, no trabalho de despertar os grupos para a organização, a mobilização e a conscientização, hoje o seu papel está muito mais ligado ao fato de estar a serviço do movimento popular e de suas necessidades, portanto, refletindo e produzindo a partir do movimento e de acordo com os vários níveis de organização, mobilização e conscientização.

Há uma maior preocupação com o desenvolvimento metodológico no ensino da leitura e da escrita. Isto ocorre porque se a alfabetização parte das necessidades reais que o código de ler e escrever atende em dado momento de organização e de necessidade dos grupos populares e a conscientização é um processo que se desenvolve a partir desta necessidade real, a eficácia na aprendizagem passa a pesar consideravelmente. Ler e escrever é em si um ato político. Como consequência, há uma maior preocupação com o tempo real necessário para o trabalho de alfabetização, com a necessidade da fixação e com a prática do aprendido, com as questões políticas do método (as questões de poder subjacentes a ele).

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. (Ecumenismo e Humanismo, 5)
- _____. *Pedagogia del oprimido*. Montevideo, Tierra Nueva, 1971.
- JARA H., Oscar. *Educación popular: la dimensión educativa de la acción política*. *Educação e Sociedade*, São Paulo (10): 5-27, set. 1981.